

Flávio Henrique Unes Pereira

---

## Sanções disciplinares

### O alcance do controle jurisdicional

---

2ª edição revista, ampliada e atualizada

**FORUM**

Flávio Henrique Unes Pereira

# SANÇÕES DISCIPLINARES

## O alcance do controle jurisdicional

2ª edição revista, ampliada e atualizada

**Área específica**

DIREITO ADMINISTRATIVO

**Áreas afins**

DIREITO CONSTITUCIONAL

**Público-alvo/consumidores**

Já se definiu o Direito como a ciência do *dever ser*. Dentre os valores mais caros ao Direito destaca-se a Liberdade. Mas, no Estado Democrático de Direito, a Liberdade não pode ser incondicionada. No seu direito público, ela traduz-se em discricionariedade, que não se confunde com arbítrio.

Carl Gustav Jung já percebera que o acaso não existe. O que nos parece mero acaso sempre traz uma mensagem importante. Por coincidência, no mesmo dia em que recebi o honroso convite para elaborar breve nota para a orelha deste livro, também chegou às minhas mãos a magnífica obra de Mônica Sette Lopes, recentemente publicada pela LTR, intitulada *Uma metáfora: música e direito*.

Em *Sanções disciplinares: o alcance do controle jurisdicional*, Flávio Henrique Unes Pereira consegue tratar, com admirável musicalidade, de uma temática importante, complexa, altamente técnica e raramente enfrentada pela doutrina jurídica. Neste livro, o leitor encontrará informação precisa, baseada em sólidos fundamentos, apresentada de maneira clara e agradável, com harmonia, melodia e ritmo.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10001827

P436s

Pereira, Flávio Henrique Unes

Sanções disciplinares: o alcance do controle jurisdicional / Flávio Henrique Unes Pereira. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

231p.; 14,5x21,5cm

ISBN 978-65-5518-042-8

1. Direito disciplinar – Brasil. 2. Sanção – Brasil. 3. Controle jurisdicional. I. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

**Flávio Henrique Unes Pereira** é Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela UFMG. Presidente da Comissão Especial de Proteção de Dados da OAB-FEDERAL. Presidente do Instituto de Direito Administrativo do DF. Coordenador e professor do mestrado profissional do IDP (SP). Assessor Parlamentar no Senado Federal. Foi assessor especial da Presidência do STF, assessor de ministros do STJ e TSE. Exerceu o cargo de Secretário Adjunto de Casa Civil e de Relações Institucionais do Governo de Minas Gerais. Sócio do Silveira e Unes Advogados.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
<b>Luciano Ferraz</b> .....	15
APRESENTAÇÃO	
<b>Carolina Zancaner Zockun, Fernanda Ghiuro Valentini Fritoli</b> .....	19
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO .....	23
CAPÍTULO 2	
MARCO TEÓRICO: TEORIA DA ADEQUABILIDADE NORMATIVA .....	27
2.1 Paradigmas de Estado .....	27
2.1.1 Pré-modernidade .....	28
2.1.2 Estado Liberal .....	30
2.1.3 Estado Social .....	31
2.1.4 Estado Democrático de Direito .....	32
2.2 Klaus Günther e a Teoria da Adequabilidade Normativa.....	34
2.3 A decisão correta ou adequada.....	39
2.4 O devido processo legal.....	42
CAPÍTULO 3	
REGIME JURÍDICO DAS SANÇÕES DISCIPLINARES .....	47
3.1 Sanção disciplinar .....	47
3.1.1 Conceito.....	47
3.1.2 Finalidade.....	49
3.2 A relação de especial sujeição .....	52
3.2.1 Relações de especial sujeição: casos específicos .....	55
3.3 Princípios fundamentais do regime jurídico disciplinar.....	60
3.3.1 Considerações iniciais .....	60
3.3.2 O princípio da legalidade administrativa.....	62
3.3.3 A reserva legal na relação de especial sujeição estabelecida entre o servidor público e o Estado.....	64
3.3.4 O princípio da tipicidade na relação de especial sujeição estabelecida entre o servidor público e o Estado .....	72
3.3.5 Princípio da culpabilidade.....	79
3.3.5.1 A jurisprudência acerca da culpabilidade em improbidade administrativa.....	85
3.3.6 Adequabilidade da sanção disciplinar.....	91
3.4 Estabilidade no serviço público .....	99
CAPÍTULO 4	
DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS .....	101
4.1 Considerações gerais .....	102
4.2 Conceitos jurídicos indeterminados: conceitos de valor e conceitos de experiência.....	107
4.3 Conceito jurídico indeterminado e a Teoria da Adequabilidade Normativa.....	110
CAPÍTULO 5	
CONTROLE JURISDICIONAL DAS SANÇÕES DISCIPLINARES .....	121

5.1	A unicidade da jurisdição e o controle do ato sancionador .....	121
5.1.1	Precedente do Supremo Tribunal Federal: lições que merecem ser revisitadas .....	125
5.2	Exame de decisões judiciais recentes .....	133
5.2.1	Precedentes sobre discricionariedade administrativa e regime jurídico disciplinar .....	133
5.2.2	Precedentes sobre conceitos jurídicos indeterminados e regime jurídico disciplinar .....	144
5.2.3	Precedentes sobre devido processo legal .....	146
5.3	O controle das sanções disciplinares pela Justiça do Trabalho: análise comparativa .....	152
5.4	A especificação da sanção adequada pelo Poder Judiciário .....	156
5.5	O controle jurisdicional das sanções disciplinares no mandado de segurança .....	163

## CAPÍTULO 6

### O POSICIONAMENTO DO STJ A PARTIR DO MS

Nº 12.927/DF .....	171	
6.1	Justificativa .....	171
6.2	A reviravolta provocada pelo MS nº 12.927: controle jurisdicional amplo sobre o ato que impõe sanção disciplinar .....	172
6.3	As decisões que retomaram a tese da limitação do controle jurisdicional sem qualquer discussão ou consideração sobre o MS nº 12.927/2007 .....	174
6.4	Reflexão crítica a partir da teoria da “adequabilidade normativa” .....	177
6.5	Considerações finais .....	183

## CAPÍTULO 7

### CONCLUSÕES .....

### REFERÊNCIAS .....

### ANEXO A - ARTIGOS DA LEI Nº 8.112/90 RELATIVOS AO REGIME JURÍDICO DISCIPLINAR .....

### ANEXO B - ÍNTEGRA DO ACÓRDÃO RELATIVO AOS EMBARGOS À APELAÇÃO Nº 7.307 – RELATÓRIO .....

217